

A. I. Nº	- 232943.0002/12-0
AUTUADO	- C.M.A. DE MELO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (BURITI COMÉRCIO DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA).
AUTUANTE	- REGINALDO CAVALCANTE COELHO
ORIGEM	- INFAZ ITABUNA
INTERNET	18.01.2013

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF Nº 0007-04/13

EMENTA: ICMS. ANTECIPAÇÃO TRIBUTÁRIA PARCIAL. UTILIZAÇÃO A MAIOR DE CREDITO FISCAL DE ICMS. Após análises processuais, as documentações acostadas, elidem a exigência do ICMS de antecipação parcial conforme a elaboração do novo demonstrativo realizada pela fiscalização, desenvolvidos a partir das documentações apresentadas, não apresenta débito para a autuação em tela. Auto de Infração **IMPROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração, lavrado em 22/06/2012, exige o ICMS no valor de R\$ 15.245,48, acrescido da multa de 60%, com a acusação de que o autuado utilizou à maior crédito fiscal de ICMS referente à antecipação parcial de mercadorias adquiridas de outra unidade da Federação na forma do demonstrativo acostado aos autos à fl. 06 e documentos complementares anexos.

O autuado, à fl. 59 dos autos, apresenta tempestivamente suas razões de defesa, na qual aduz tratar-se de uma sociedade comercial que tem como objeto social a comercialização de materiais de construção, em seguida, inconformada com a autuação, comenta que o Fiscal Autuante acusa de ter utilizado créditos a maior, conseqüentemente recolhendo ICMS normal a menor.

Todavia, anexando extrato de pagamento do ICMS às fls. 85 a 86, obtido do Sistema de Pagamento da SEFAZ, associado aos registros lançados no livro de Apuração do ICMS em todos os meses do ano de 2010, que, também, acosta aos autos às fls. 61 a 84, diz ficar comprovada a correta utilização dos créditos referentes ao pagamento da antecipação parcial.

Assim, diz que confia no bom senso dos julgadores e na idoneidade da Administração Fazendária, para julgar totalmente procedente o pleito pela ausência de elementos para se identificar com segurança a infração.

O Fiscal Autuante, em sua informação fiscal, às fls. 76 a 87, preliminarmente, destaca que o contribuinte em lide foi autuado devido a utilizar a maior credito fiscal de ICMS referente a antecipação parcial de mercadorias adquiridas fora do Estado. Em seguida diz que o contribuinte apresenta extrato dos recolhimentos efetuados a título de antecipação parcial do ICMS, contestando o Auto de Infração em lide. Por fim, diz que, verificada a documentação acostada na defesa, constata a divergência dos valores constantes do Sistema INC, destacando que o extrato apresentado pelo Contribuinte Autuado encontra-se correto, onde elabora novo demonstrativo à fl. 90, não mais apresentando débito de ICMS. Assim sendo, destaca que fica elidida a cobrança do ICMS através do Auto de Infração em tela.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir ao sujeito autuado ICMS referente a antecipação parcial de mercadorias adquiridas de outra unidade da Federação, com enquadramento no art. 61, inciso IX; art. 93 I-A; art. 101, parágrafo 4º e art. 125, inciso II parágrafos 7º e 8º do RICMS aprovado pelo Decreto nº 6.284/97.

Da análise das peças processuais que fundamentam a acusação fiscal, às fls. 6 a 50 dos autos, observo que a manifestação de defesa à fl. 59, apresentada pelo Contribuinte Autuado, associada às documentações que acosta às fls. 61 a 86, elide a exigência do ICMS antecipação parcial, pois, conforme bem ressalta o autuante, com a elaboração do novo demonstrativo em sua informação fiscal, à fl. 89, desenvolvidos a partir das documentações apresentadas pelo autuado, não mais apresenta débito de ICMS para a autuação em tela.

Do exposto, voto pela IMPROCEDÊNCIA do Auto de Infração, por não ver caracterizada a infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **IMPROCEDENTE** o Auto de Infração nº **232943.0002/12-0**, lavrado contra **C.M.A. DE MELO MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA. (BURITI COMÉRCIO DE DE MATERIAIS PARA CONSTRUÇÃO LTDA)**.

Sala das Sessões do CONSEF, 15 de janeiro de 2013.

PAULO DANILO REIS LOPES – PRESIDENTE

JOÃO VICENTE COSTA NETO – RELATOR

JORGE INÁCIO DE AQUINO – JULGADOR